

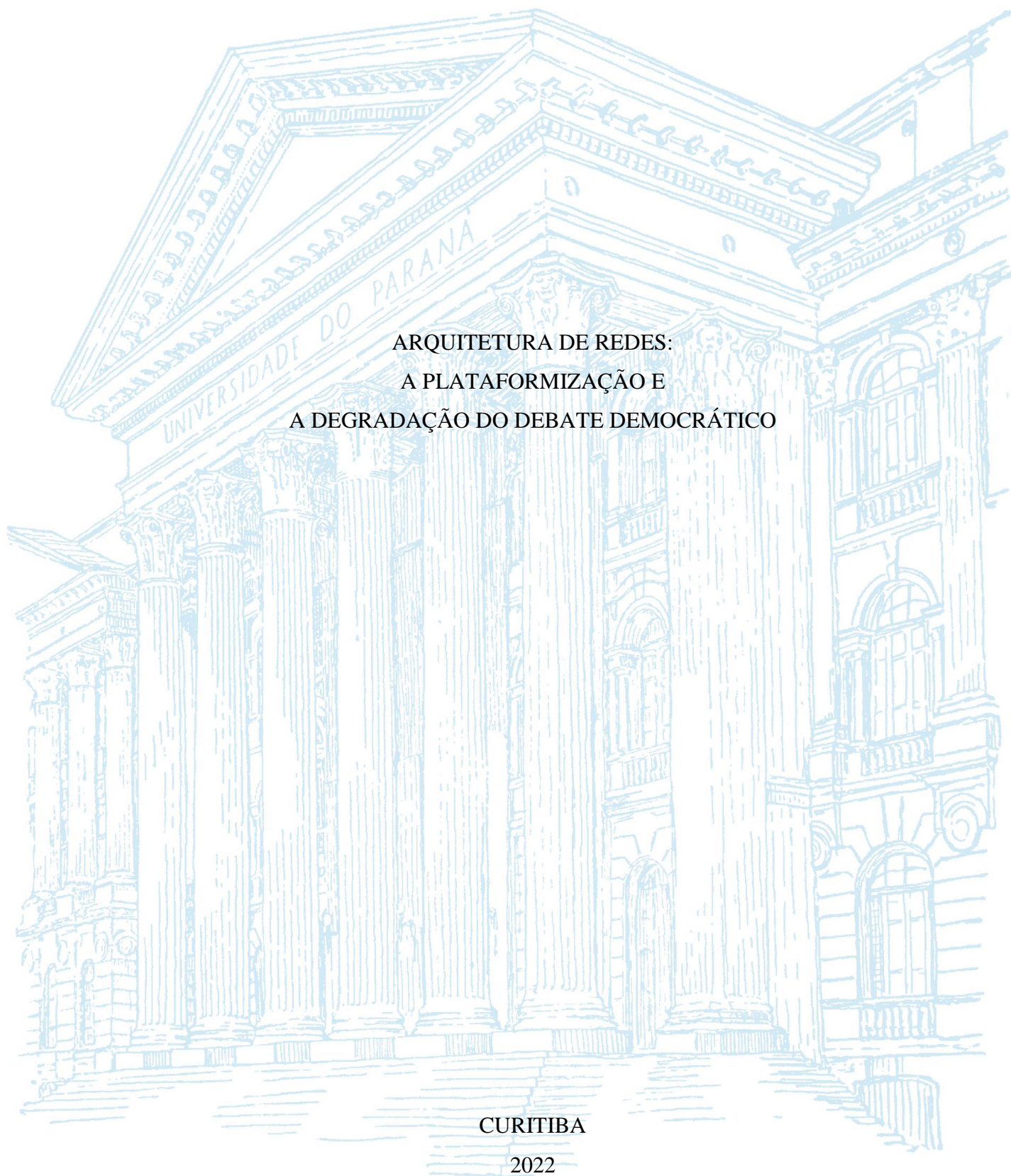
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA LAURA DE RESENDE STEFANI

ARQUITETURA DE REDES:  
A PLATAFORMIZAÇÃO E  
A DEGRADAÇÃO DO DEBATE DEMOCRÁTICO

CURITIBA

2022



ANA LAURA DE RESENDE STEFANI

TCC apresentado ao curso de Graduação em Direito,  
Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do  
Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de  
Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Heloísa Fernandes Câmara

CURITIBA

2022

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

ANA LAURA DE RESENDE STEFANI

### **ARQUITETURA DE REDES: A PLATAFORMIZAÇÃO E A DEGRADAÇÃO DO DEBATE DEMOCRÁTICO**

TCC apresentado ao curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito.

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Heloísa Fernandes Câmara

Orientadora – Departamento de Direito Público, Universidade Federal do Paraná

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Estefânia Maria de Queiroz Barboza

Departamento de Direito Público, Universidade Federal do Paraná

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Edna Torres Felício

Cidade, 06 de maio de 2022.

## TERMO DE APROVAÇÃO

## ARQUITETURA DE REDES E A DEGRADAÇÃO DO DEBATE DEMOCRÁTICO

ANA LAURA DE RESENDE STEFANI

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



---

Heloísa Fernandes Câmara  
Orientador

---

Coorientador



---

Esterania Maria de Queiroz Barboza  
1º Membro



---

Edna Torres Felício  
2º Membro



## RESUMO

O presente estudo analisa a arquitetura de redes e seu impacto no debate público, assim como sua relação com a ascensão de movimentos antidemocráticos. Parte-se do desenvolvimento técnico da atual estrutura das redes e elucidação do processo de plataformação para analisar a arquitetura de redes. Na sequência, é explorado o funcionamento dos algoritmos e como influenciam nas esferas de debate público, argumentando-se que estes são responsáveis pela criação de filtros-bolha no mundo digital. Adiante, analisa-se como a distorção da realidade se dá na prática, através dos conceitos de pós-verdade e de racionalidade neoliberal, relacionando a plataformação com fenômenos típicos do neoliberalismo. Então, demonstra-se como se dá a aplicação de tais distorções como estratégia política de comunicação por parte de líderes populistas da extrema direita. Como possíveis respostas aos problemas levantados, aborda-se as medidas institucionais que vêm sendo desenvolvidas para conter a distorção de narrativas exploradas por meio do sistema de redes, expõe-se a responsabilidade das empresas de tecnologia neste processo e pondera-se sobre a efetividade prática destas medidas, tendo como referência o caráter estrutural do modo de produção capitalista neoliberal. Por fim, conclui-se que a arquitetura de redes plataformaçadas contribui para a degradação do debate público e da democracia em si, ao passo que é formada por mecanismos que contribuem para a desinformação e que é desenhada a partir da racionalidade neoliberal.

Palavras-chave: 1. plataformação; 2. arquitetura de redes; 3. debate público; 4. democracia; 5. comunicação política.

## ABSTRACT

This article analyses the impact of networks' architecture in the public debate, and its relation with the rising of anti-democratic movements. For this analyses, the study brings the development of the recent networks' structure. Then, it explores how the algorithms works and how they influence on the public debate, arguing that they are responsible for the design of bubble-filters online. Furthermore, it analyses how the distortion of reality occurs in practice, relating it to the concepts of post-truth and neoliberal rationality, relating the platformization with typical phenoms of neoliberalism. Then, it demonstrates how such distortions are used as a political communication strategy by populist leaders of the far right. As possible answers to the problems raised, we approach the institutional responses that have been developed to contain the distortion of narratives through the network system, the responsibility of technology companies in this process is exposed and the effectiveness of these measures, with reference to the structural character of the capitalist mode of production. Finally, it is concluded that the architecture of platformed networks contributes to the degradation of public debate and democracy itself, while it is made up of mechanisms that contribute to disinformation and which is formed by mechanisms that contribute to disinformation and that is drawn from neoliberal rationality.

Keywords: 1. plataformization; 2. network architecture; 3. public debate; 4. democracy; 5. political communication.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	<a href="#">1</a>
1 ARQUITETURA DE REDES: PLATAFORMIZAÇÃO, ALGORITMOS E AS INFLUÊNCIAS SOBRE AS INTERAÇÕES SOCIAIS NA WEB. ....	<a href="#">2</a>
1.1 A ARQUITETURA DE REDES.....	<b>ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b> <a href="#">3</a>
1.2 ALGORITMOS E DEBATE PÚBLICO .....	<a href="#">6</a>
2 COMO AS REDES SÃO UTILIZADAS NA CONSTRUÇÃO DO DEBATE PÚBLICO ACERCA DE QUESTÕES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS.....	<a href="#">9</a>
2.1 ERA DA PÓS-VERDADE E RACIONALIDADE NEOLIBERAL.....	<b>ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b> <a href="#">10</a>
2.2 ESTRATÉGIAS DE DISTORÇÃO DA REALIDADE COMO FORMA DE MANIPULAÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO.....	<a href="#">15</a>
3 RESPOSTAS E PERSPECTIVAS DEMOCRÁTICAS DIANTE DAS DISTORÇÕES APROFUNDADAS PELO SISTEMA DE REDES .....	<a href="#">21</a>
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	<a href="#">24</a>
REFERÊNCIAS .....	<a href="#">26</a>

## Introdução

Este artigo tem como objetivo traçar um panorama acerca da arquitetura das redes sociais plataformizadas e como esta organização afeta o debate público acerca de questões políticas, trazendo enfoque em como essa relação pode atuar como um facilitador para a ascensão de discursos antidemocráticos.

O primeiro item do trabalho explora a arquitetura atual e redes, denominada *Web 2.0* (O'RILLEY, 2005), que é baseada nas estruturas de programação das denominadas plataformas, conforme será explicado no primeiro tópico, e como isso leva a criação de filtros-bolha no discurso, conforme o segundo tópico. Será demonstrado que a partir do entendimento da internet plataformizada, utilizando como fonte principal o texto “A Plataformização da Web” de Helmond (2019), é possível relacioná-la com a ação dos algoritmos, principalmente através da definição de Bucher (2018), que explica o funcionamento dos algoritmos e sua influência sobre a experiência dos usuários. Então, no segundo tópico, passa-se a explorar a relação direta entre os algoritmos e o debate público acerca de questões políticas, a partir do conceito de filtros-bolha trazido por Pariser (2011).

Nesse ínterim, o segundo item aborda o contexto em que se dão as distorções no debate público, trazendo exemplos práticos do uso da infraestrutura de redes como estratégia de manipulação política. O primeiro tópico do item traz os conceitos de pós-verdade e de racionalidade neoliberal. A pós-verdade é analisada a partir da leitura de Cesarino (2020), com uma breve explicação sobre o conceito e a relação deste com a desconfiança nas instituições tradicionais, assim como sua relação com a racionalidade neoliberal, explorada através da leitura de Dardot e Laval (2016). Descreve-se, então, os fenômenos abordados por Cesarino (2020) que relacionam neoliberalismo e sociedade informatizada, com o objetivo de utilizá-los como ferramentas para compreender os discursos políticos no sistema de redes. Já o segundo tópico do item 2 explora exemplos práticos da distorção do discurso presente nas redes, a partir da explanação trazida por Da Empoli (2019) da estratégia de diferentes líderes ao redor do mundo que se utilizaram do sistema de redes para sua ascensão. Ainda, no mesmo tópico, o artigo traz a relação entre as estratégias políticas de comunicação e os fenômenos descritos.

O terceiro item explora quais as respostas institucionais estão sendo dadas para evitar as distorções de discurso trazidos pelo sistema de redes, a responsabilidade das grandes empresas de tecnologia e ainda traz uma crítica acerca da efetividade dessas atitudes, visto que o sistema capitalista atual pressupõe a estrutura de redes descrita.

Nas considerações finais, conclui-se que a arquitetura de redes no formato plataformizado contribui para a distorção do debate público acerca de questões políticas e, conseqüentemente, a degradação da democracia. Como explicado ao longo do trabalho, a plataformização traz em si uma série de estruturas (como a orientação através do fluxo de dados e dos algoritmos) que são restritivos para o debate público.

Conclui-se ainda que, essa lógica acentua fenômenos próprios do neoliberalismo, como a relativização da verdade, que replica a lógica da racionalidade neoliberal. E, em decorrência disto, evidenciou-se que essa mesma lógica é utilizada como estratégia de comunicação política que tem interesse na distorção do debate descrita, em especial os grupos de extrema-direita com ideais antidemocráticos.

1. Arquitetura das redes sociais: plataformização, algoritmos e as influências desses mecanismos sobre as interações sociais na Web.

Nas últimas décadas, com a sedimentação da internet e dos meios de comunicação digital, a sociedade passou por uma profunda transformação nas formas de diálogo e de comunicação. O principal agente transformador é o domínio da comunicação digital na maior parte das esferas da convivência em sociedade, uma vez que as redes sociais passaram a ser a principal forma de diálogo entre o indivíduo e o mundo externo a ele, afetando diretamente as relações familiares, amorosas, de amizade e de trabalho, entre muitas outras. Não há, porém, uma noção concreta da vastidão desses efeitos, seja no âmbito social, psicológico, comercial ou político.

A arquitetura das redes - a forma que os aplicativos e os *sites* são desenhados e programados - é formulada deliberadamente para trazer ao usuário sensações de prazer apenas pelo seu uso, sem que as conseqüências dessas interações sejam levadas em consideração.

A declaração dada por Sean Parker, empresário da tecnologia e financiador do *Facebook*, confirma essa estratégia, conforme o destaque de Da Empoli (2019) no livro *Engenheiros do Caos*:

Nós fornecemos a você uma pequena dose de dopamina cada vez que alguém o curte, comenta uma foto ou um post, ou qualquer outra coisa sua. É um loop de validação social, exatamente o tipo de coisa que um hacker como eu poderia explorar, porque tira proveito de um ponto fraco da psicologia humana. Os inventores, os criadores, eu, Mark [Zuckerberg], Kevin Systrom, do Instagram, estávamos perfeitamente conscientes disso. E, mesmo assim, fizemos o que fizemos. E isso transforma literalmente as

relações que as pessoas têm entre si e com a sociedade como um todo. Interfere provavelmente na produtividade, de certa maneira. Só Deus sabe qual o efeito que isso produz nos cérebros de nossos filhos.

Da citação, fica evidente que a estrutura das redes foi pensada para prender os usuários ao *feed*, aos aplicativos de mensagens, levando-os a uma necessidade de conectividade constante e quase irrestrita.

Como será explorado ao longo deste item, a programação das redes é caracterizada pela plataformização (forma de programação que gera uma integração entre diferentes *sites* e redes sociais), que traz efeitos profundos na socialização, em especial – o que importa para fins desse estudo –, no debate público acerca de questões políticas, pois reformula o diálogo e cria espaços cada mais restritos no confronto entre ideias divergentes.

### 1.1 A arquitetura das redes

As redes sociais em um primeiro momento consistiam em meios facilitadores de comunicação, que viabilizavam aos interlocutores um diálogo direto e rápido. No entanto, a ideia de redes sociais enquanto meras ferramentas de diálogo já foi ultrapassada, o que se deve ao processo de plataformização.

As redes plataformizadas estão associadas às grandes empresas de tecnologia - as chamadas *big techs*<sup>1</sup> - e ao ecossistema gerado na web<sup>2</sup>, que torna indissociável a relação entre o indivíduo na vida digital e sua participação nas redes sociais. Assim, voltando-se ao âmbito político, objeto do presente trabalho, o indivíduo está constantemente exposto ao debate presente nas redes.

Para compreender o que são “plataformas” e o que seria o processo de plataformização é necessário dar um passo para trás. Retomando para o momento de popularização das redes sociais, no início dos anos 2000, o conceito de plataforma já surgia. Esse termo aparece no sentido computacional, para diferenciar sites que buscam apenas publicar informações de uma nova infraestrutura que surgia para construção de aplicativos interligados, o que O’Reilly (2005) define como “Web 2.0”.

---

<sup>1</sup> *Big Techs* são as grandes empresas que dominam o mercado tecnológico, entre elas estão a holding Alphabet (Google, Youtube e Android), Facebook, Microsoft, Amazon, Apple e Tesla. Forbes, 2022. <<https://forbes.com.br/forbes-tech/2022/01/relembre-quais-sao-as-6-big-techs-do-clube-do-trilhao/>>

<sup>2</sup> Ou seja, um sistema digital em que os mais diversos endereços estão interligados na *internet*.

É nesse contexto que Mark Zuckerberg cria o *Thefacebook*<sup>3</sup>, com o objetivo de criar uma infraestrutura de software que permitisse a criação de aplicativos. Ou seja, ele buscava transformar o *Facebook* em mais do que uma rede social: um sistema operacional em que os usuários pudessem executar aplicativos (KIRKPATRICK, 2010, HELMOND, 2019). Assim, o *Facebook* nasceu não apenas como uma rede social, sendo, na verdade, uma plataforma programável em que novos aplicativos podem ser construídos.

Um exemplo disso é o aplicativo de encontros *Tinder*, que foi desenvolvido sobre a plataforma do *Facebook* e requer que os usuários se conectem através da sua conta na rede, de modo a importar os dados dos usuários com a intenção de buscar parceiros em potencial (HELMOND, 2019). Há também os sites, como portais de notícia, que usam os botões de curtir, compartilhar e comentar diretamente do *Facebook*.

Uma vez retomado o histórico, denota-se que uma plataforma é um *software* que aceita programação externa, podendo se tratar de um website ou aplicativo, como um modelo de infraestrutura para programação *online*.

É preciso destacar que, em um primeiro momento, a diferenciação entre um site comum e uma plataforma pode não ficar tão evidente, uma vez que um website pode admitir interfaces diferentes, como é o caso do *Facebook* que admite a rede “facebook.com” para usuários comuns e também a interface “*Facebook Graph APP*”, que possibilita o modo de desenvolvimento (Helmond, 2019). Para melhor entendimento, no site do Graph API<sup>4</sup>, a apresentação do modo desenvolvedor é a seguinte:

“A Graph API é a principal forma de os aplicativos lerem e gravarem no gráfico social do Facebook. Todos os nossos SDKs e produtos interagem com a Graph API de algum modo, e nossas outras APIs são extensões dela”

A sigla SDK se refere a “*Software Development Kit*”, traduzido como Kit de Desenvolvimento de Software, ou seja, o conjunto de ferramentas fornecido pelo Facebook, para que os desenvolvedores as utilizem para programação.

Em 2021, o *Facebook* apresentou ainda um novo conceito, o “Meta” ou metaverso, que tem a intenção clara de amplificar as possibilidades de desenvolvimento externo para âmbitos sociais que até agora não foram tão explorados, como as interações na realidade

---

<sup>3</sup> Facebook foi criado em 2004, inicialmente com o nome “*Thefacebook*”. Desde então, evoluiu como aplicativo plataformizado.

<sup>4</sup> Disponível em < [https://developers.facebook.com/docs/graph-api?locale=pt\\_BR](https://developers.facebook.com/docs/graph-api?locale=pt_BR)>

aumentada. Segundo a apresentação de Zuckerberg, com a intenção de “dar vida ao metaverso e ajudar as pessoas a se conectarem com amigos e familiares, encontrarem comunidades e fazerem crescer seus negócios.” (Apresentação da Imprensa, META<sup>5</sup>). Fica cada vez mais nítido que a plataforma é, portanto, um modelo econômico e de infraestrutura predominante na web, cuja abrangência só tende a crescer, dominando, então, a maior parte do universo *online* – o que traz impactos diretos na vida *offline*.

Uma vez compreendido o que são as plataformas no âmbito da programação, passa-se a tratar da sua influência nas mídias sociais. Ou seja, é preciso compreender como a possibilidade de programação afeta o usuário comum, o que será feito a partir da compreensão do que são os algoritmos e como estes influenciam as interações cotidianas.

A programabilidade é ligação da web social que promove a conexão entre diferentes *sites* e serviços. A partir dessa conexão, surge o fluxo de dados<sup>6</sup>, que permite que o uso de uma rede ou de um *site* tenha efeitos diretos em outros sites e/ou aplicativos. Para fins práticos, o que se quer dizer é que de uma pesquisa no *Google* sobre algum fato ou produto, são geradas enxurradas de propagandas e publicações em outros *sites* do produto ou conteúdo associado àquela pesquisa.

A ideia central por trás dos aplicativos programáveis é gerar um “mapa semântico da internet” (BUCHER, 2012, apud HELMOND, 2019). A partir da integração entre diferentes *softwares* estará descrita uma série de atitudes tomadas pelo usuário, e assim o aplicativo inicial coletará dados externos para sua própria base de dados, que serão utilizados para aprimoramento da própria plataforma e também exportado para outros aplicativos.

Portanto, um segundo ponto a ser abordado para se entender o ecossistema da Web<sup>7</sup> é o funcionamento das redes sociais baseado em algoritmos, que está diretamente ligado às plataformas e ao fluxo de dados e traz um caráter extremamente pessoal na experiência dos usuários.

Algoritmos são, por uma definição simples, uma receita passo-a-passo que rege como atingir certo objetivo. Bucher questiona essa definição comum ao ressaltar a multiplicidade e mutabilidade dos algoritmos.

---

<sup>5</sup> O “META” foi apresentado como o novo empreendimento do Facebook em 28 de outubro de 2021, o trecho aqui citado foi retirado do site de notícias do facebook, conforme o comunicado da imprensa: <https://about.fb.com/br/news/2021/10/apresentando-meta-uma-empresa-de-tecnologia-social/>

<sup>6</sup> Em uma breve explicação: dados gerados em uma plataforma são absorvidos por bancos e geram fluxo externo para outras redes, além de alimentar a própria rede que o gerou.

<sup>7</sup> Sistema gerado pela comunicação recíproca entre diferentes sites e aplicativos

Bucher (p. 32, 2018) descreve o sistema “se isso..., aquilo” - em tradução livre - que rege o comando no fluxo de dados entre algoritmos. Ou seja, a partir de um dado ou comando o algoritmo reagirá de determinada forma pré-ordenada, no entanto, um mesmo dado/comando poderá gerar também outros caminhos, a partir das exceções ao dado inicial. Em outras palavras, além de determinar o que acontece após um comando, o algoritmo também interpreta o que acontece de acordo com os comandos que não foram escolhidos.

Assim, os algoritmos são ferramentas para cumprir determinados comandos. Aqui vale a ressaltar a função de interpretação e direcionamento de dados, que utiliza o banco e alimenta o fluxo de dados. Os dados precedem os algoritmos, e a partir de sua coleta são refinados e direcionados de acordo com um objetivo.

Outra característica importante dos algoritmos é a possibilidade de aprendizado. Enquanto alguns algoritmos são programados estritamente para cumprir ordens, outros contam com sistemas de aprendizado e a partir de cada interação são otimizados, aprendendo sozinhos a reagir de determinada maneira. Esse é o mecanismo que permite o desenvolvimento de Inteligências Artificiais (IAs) e identificam padrões de comportamento.

A partir do entendimento básico do que são redes plataformizadas, fluxo de dados e algoritmos, é necessário sintetizar a relação cíclica entre essas figuras: os dados são gerados pela interação entre o aplicativo programável (plataforma) e um aplicativo que utiliza seu *software*, então os dados são coletados e processados através de algoritmos, para atingir o objetivo para o qual foi programado.

Aqui, destaca-se os objetivos relacionados à socialização, que afetam a esfera pública de debate, por exemplo, as sugestões para seguir e o direcionamento de conteúdo, o que pode ocorrer nas mais variadas esferas, como no direcionamento de produtos, mas também no âmbito político, com o direcionamento de ideias e pensamentos, que é o que será abordado no presente artigo.

## 1.2. Algoritmos e debate público

Com a maior abrangência do universo *online*, cada vez mais as relações se misturam e passa a ser quase inimaginável uma vida completamente *offline*. As interações interpessoais passam a ocorrer no mundo digital, ali há um fácil acesso à comunicação com amigos, familiares, ou mesmo desconhecidos, além disso, as ofertas de lazer e diversão se tornam mais acessíveis, assim como as relações de trabalho, seja parcialmente ou em sua totalidade (como nos *apps* de delivery e transporte), além do intercâmbio de ideias e espaços de discussão.

Assim, é possível notar que não há mais separação prática entre a vida *online* e *offline*, o que torna a sociedade atual marcada pela constante conectividade.

Voltando-se à esfera político-social, objeto do presente trabalho, é preciso destacar o funcionamento dos algoritmos nas redes sociais. O conjunto de algoritmos coleta os dados a partir das interações dos usuários, para então processá-los e direcionar novos conteúdos. Essa lógica gera uma experiência extremamente pessoal a cada usuário, pois está exposto ao conteúdo gerado a partir das próprias interações.

Ou seja, tomando por exemplo o *Instagram*, o *feed* de um usuário nunca será idêntico ao de outro, mesmo que os dois sigam exatamente as mesmas pessoas, isso porque, o comportamento na rede, como as curtidas e interações vão influenciar o que aparece no feed. Outro exemplo muito significativo é o *feed* de notícias do *Twitter*, a lógica aqui é a mesma do *Instagram*, e como se trata de uma rede mais voltada ao diálogo textual, criam-se debates públicos dentro da própria rede, que muitas vezes passam a ideia de universalidade ao usuário, afinal, essa é o assunto dominante na *timeline*. Ainda, mesmo fora das redes sociais, as pesquisas no *Google* também são regidas de acordo com os interesses, os resultados de busca do usuário estão sujeitos ao que o sistema considera relevante a ele.

Este fenômeno é descrito como câmaras de eco (BARBERÁ, et al, 2015) termo cunhado para descrever o processo formado pela repetição de assuntos nas redes, em que quanto mais interações ligadas a determinado conteúdo, maior será a entrega de conteúdos semelhantes. Aqui, vale destacar que esses espaços são influenciáveis também por outras ferramentas artificiais - como os *bots*<sup>8</sup> - que geram um engajamento ainda maior sobre o assunto e modificam a forma que será percebido, inclusive para fora das redes, como, por exemplo, na imprensa tradicional.

Percebe-se então, que a rede direciona aos usuários espaços em que este está exposto apenas a conteúdos que tende a concordar. Isso é causado justamente porque os algoritmos têm a capacidade de aprendizado e conseguem identificar e memorizar conteúdos interessantes àquele usuário, de modo a aumentar a taxa de engajamento na rede social, pois, se há interesse no conteúdo, maior a possibilidade de interação. A confirmação constante tende a criar bolhas ideológicas, em que não há enfrentamento com diferentes

---

<sup>8</sup> *Bots* são softwares que executam algum comportamento. Aqui a ideia está vinculada a perfis artificiais que se passam por humanos, muitas vezes com a intenção de provocar como fazer os *trolls* ou defender um ideal político.

Nesse mesmo sentido, pode ser observada a ideia de “filtros-bolha”<sup>9</sup> (PARISER, 2011), ambientes digitais em que as opiniões são sempre reforçadas, uma vez que o contato com ideias divergentes é limitado pelo conteúdo recebido. Se por um lado o fenômeno das bolhas sociais não é exclusivo do mundo digital, uma vez que é natural da sociabilidade humana se aproximar de seus semelhantes, por outro, é fato que as redes reforçam essa situação, pois submetem o debate entre os usuários a mecanismos artificiais (os algoritmos).

Resgatando o conceito de esfera pública de debate habermasiano<sup>10</sup>, o diálogo pressupõe que os atores estejam em condição de igualdade na esfera pública de debate. No ambiente digital não há como imaginar as esferas públicas em sentido amplo, uma vez que, como demonstrado, a própria estrutura de redes cria microssistemas com assuntos restritos a eles. Giddens e Sutton (2016) definem o conceito de esfera pública de debate e o relacionam com as mídias sociais da seguinte forma:

Para Habermas (1989 [1962]), a esfera pública é uma arena de debate público em que os assuntos de interesse geral podem ser discutidos e as opiniões podem ser formadas, o que é necessário para a efetiva participação democrática e para o processo democrático. A esfera pública – pelo menos, em princípio – envolve a reunião de indivíduos igualmente em um fórum para o debate público. Contudo, a promessa do desenvolvimento inicial da esfera pública não se concretizou por completo. O debate democrático nas sociedades modernas agora é sufocado pelo desenvolvimento da indústria da cultura. A disseminação da mídia de massa e do entretenimento de massa faz que a esfera pública defina. Apolítica é manipulada no parlamento e na mídia de massa, enquanto os interesses comerciais dominam. A “opinião pública” não é formada por discussões abertas e racionais, mas por meio da manipulação e do controle – por exemplo, na publicidade. Por outro lado, a difusão da mídia global é capaz de pressionar governos autoritários a soltarem as rédeas das grandes emissoras estatais e muitas sociedades “fechadas” como a China estão descobrindo que a mídia pode se tornar uma força poderosa no apoio da democracia.

Dessa forma, é evidente a contradição trazida pela comunicação digital.

Ainda que a internet tenha trazido avanços inegáveis na comunicação, o intercâmbio de ideias divergentes é cada vez mais restrito, uma vez que as redes provocam uma reafirmação ideológica constante. Essa reafirmação traz também a tendência em reforçar ideias mais extremistas, pois não há em momento algum confronto com o diferente.

Nota-se também a partir dessa reflexão, que a restrição no debate permite uma ilusão de que o assunto predominante em uma bolha é o assunto predominante em toda a sociedade, já que a percepção do debate é restrita. O usuário está exposto apenas ao que está dentro do seu filtro-bolha, ficando de fora qualquer assunto que não se encaixe em seus interesses.

---

<sup>9</sup> Traduzido livremente do inglês “*filter-bubble*”, termo cunhado por Pariser.

<sup>10</sup> Em síntese, Habermas pressupõe a comunicação como um processo livre e racional e que deve ser exercida nas esferas públicas de debate, espaços em que os indivíduos efetivam a participação democrática.

Assim, ficam restritas a publicidade e a pluralidade de ideias, pois estão limitadas a um ambiente recortado para se adequar aos ideais e interesses dos usuários, direcionados de acordo com o perfil traçado a partir da combinação de dados.

debate parte, portanto, da exposição parcial do usuário à opinião dos demais, comprometendo assim a difusão de ampla informação e gerando a impressão de que um conteúdo predominante dentro daquela bolha é predominante também ao todo. Ainda, destaca-se que esses espaços são influenciáveis também por outras ferramentas artificiais - como os *bots* - que geram um engajamento ainda maior sobre o assunto e modificam a forma que será percebido, inclusive para fora das redes, como, por exemplo, na imprensa tradicional.

O'Neil (2021) demonstra que os algoritmos, ao trabalhar com base na repetição definida por padrões matemáticos, têm a tendência a perpetuar preconceitos, já que não há uma forma de filtragem sobre o que deve ou não ser replicado, assim a ideia de filtros-bolha se torna ainda mais destrutiva.

Diante da reflexão exposta, é evidente que o debate público é manipulado por ferramentas artificiais, o que gera uma distorção na esfera pública de diálogo. A concentração do diálogo nos filtros-bolha arranjados a partir dos algoritmos facilita o caminho para uma percepção mais volátil da realidade, o que tem efeitos diretos na política e na democracia.

Pariser (2011) ao criar o conceito de filtros-bolha, chama atenção ao fato de que os filtros representam uma ameaça à democracia, uma vez que são os algoritmos - na função de *gatekeepers*<sup>11</sup> - que escolhem o que merece ou não ser divulgado. Esse fenômeno se tornou cada vez mais evidente, diante da manipulação de dados que levaram à ascensão de movimentos de extrema direita e líderes políticos que distorcem a realidade com uma facilidade imensa, afinal as distorções criadas no sistema virtual são também usadas como estratégias de desinformação para atingir fins políticos.

2. Como as redes são utilizadas na construção do debate público acerca de questões político-ideológicas.

Com a descrição da arquitetura das redes plataformizadas, e como isso gera espaços de diálogos restritivos, a partir dos filtros-bolha, é necessário relacioná-la com os contextos

---

<sup>11</sup> “*Gatekeepers*” traduzido livremente como guardiões são as estruturas que julgam o que merece ou não ser divulgado. Antes da internet essa posição era ocupada pela grande mídia, hoje essas estruturas são moldadas pelos algoritmos.

filosófico-científico, histórico e econômico, para que, então, sejam compreendidos os efeitos das redes no debate público.

Como será explicado ao longo deste item, esse fenômeno pode ser descrito como era da pós-verdade, que, atrelada ao fenômeno das redes sociais e de sua influência sobre a vida cotidiana, traz em si uma distorção da realidade gerada pela desconfiança nas instituições tradicionais. Ao relacioná-la com o neoliberalismo, fica evidente que tais distorções são próprias da racionalidade neoliberal e as redes são formuladas a partir desta lógica, para aprofundar e perpetuar o processo de distorção. Ainda, a partir de exemplos práticos, será demonstrado como esse processo se torna ferramenta de estratégias de comunicação política para grupos que se beneficiam da degradação do debate público.

## 2.1 Era da pós-verdade e racionalidade neoliberal

A era da pós-verdade é descrita por Cesarino (2020) como um momento de crise no paradigma científico em que a produção científica (ou produção de verdade) é relativizada, o que é denominado como crise do sistema de peritos. O sistema de peritos é a forma de organização do paradigma científico baseado em consensos, incluídos nesse sistema estão a mídia tradicional, a justiça e a segurança pública proveniente do Estado, entre outras instituições, que são constantemente questionadas pela estratégia de desinformação.

A partir dessa leitura, entende-se como ocorrem as quebras de paradigma científico<sup>12</sup>, em que o desenvolvimento científico é desenvolvido até que seja atingida a exaustão, o que ocasiona a crise do sistema e origina possíveis novos paradigmas que podem substituir ou englobar os anteriores. O rompimento referido se dá através da perda de confiança nos processos anteriores, com a consideração de que tais práticas não são mais capazes de orientar a ciência.

A partir de tal posição, entende-se a pós-verdade como um momento de crise de confiança, Cesarino (2020, p.5) adota Latour e Woolgar para definir o conceito:

Se, nos termos de Latour e Woolgar (1997, p. 278), o que entendemos no ocidente por realidade (ou verdade) é “[...] o conjunto dos enunciados considerados caros demais para serem modificados [...]”, o que se tem chamado de pós-verdade é uma condição epistêmica na qual qualquer enunciado pode ser potencialmente modificado por qualquer um, a um custo muito baixo – ou seja, em que não há mais controle, no sentido exposto há pouco

---

<sup>12</sup> Conforme desenvolvido por Thomas Kuhn, entende-se por paradigmas científicos as bases pela qual a ciência é desenvolvida.

Uma vez identificado o momento de crise de paradigma - que afastam os consensos nas ciências sociais que deslegitimam o sistema de peritos - a lógica entre o sistema de redes e essas dissonâncias na realidade fica evidente, já que não há como falar em consensos se não há um único sistema amplo em que produção de verdades esteja inserida. Há, então, uma crise na estrutura de consensos em que a negação da verdade se dá através da negação das instituições tradicionais modernas como a ciência, imprensa profissional, instituições do Estado Democrático de Direito, em benefício da valorização da experiência pessoal e imediata.

Vale ressaltar que esses artifícios são utilizados para reforçar narrativas daqueles que não se sentem suficientemente contemplados pelo sistema de consensos posto e assim, ficam mais suscetíveis à conteúdos que despertam paixões nos usuários, que são também reforçadas pelos filtros-bolha em que estão inseridos.

Um exemplo hipotético seria um indivíduo que não acredita nas ações da segurança pública e deseja utilizar a autodefesa, defendendo, então, o porte de armas. Para esse indivíduo, um vídeo de um crime violento possui grande apelo e demonstra coisas como o policiamento insuficiente, a falha do judiciário em punir e a negligência da mídia em não mostrar o que para ele é a real gravidade da situação.

Nesse contexto filosófico-científico da era da pós-verdade, é necessário se atentar ainda à relação com a organização capitalista atual e sua influência sobre o debate político-ideológico.

Em uma breve síntese, neoliberalismo é o sistema econômico que rege as relações mercadológicas e sociais. Dardot e Laval (2015) consideram o neoliberalismo como um sistema econômico que afeta todos os âmbitos da vida social - seja pública ou privada e destacam que não é apenas uma evolução “natural” do sistema capitalista.

O liberalismo clássico surge como teoria econômica no século XIX, a partir dos princípios do livre-mercado, da autorregulação e da propriedade privada. No entanto, esse modelo ficou defasado com a ascensão dos grandes monopólios industriais e da cartelização do capitalismo, o que gerou um contexto de rupturas, como os governos autoritários do início do séc. XX, e movimentos contestatórios, como a proposição dos modelos socialistas e a reivindicação pelos direitos sociais<sup>13</sup> e melhores condições de trabalho.

---

<sup>13</sup> Os direitos sociais, categorizados de direitos de 2ª geração, incluem em seu rol o direito à educação, saúde, alimentação, condições de trabalho adequadas, entre outros.

Em resposta, surgem novas interpretações do liberalismo, que rompem com a lógica anterior e entre elas, surgem as bases do neoliberalismo atual. O neoliberalismo admite que há necessidade de limitações ao livre mercado. O Estado passa a intervir para que possa exercer a função de idealizador das condições para o funcionamento do liberalismo, não de regular diretamente as relações comerciais. A partir dessa compreensão, o Estado passa a ter função de protetor da propriedade privada e a democracia é profundamente afetada - e degradada -, pois é regida também pela racionalidade neoliberal<sup>14</sup>, que tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo da subjetivação do indivíduo (DARDOT, LAVAL, 2016).

A sociedade informatizada<sup>15</sup> opera nesse contexto, replicando nos ambientes digitais a racionalidade neoliberal e reforçando as distorções geradas. Zuboff (2015) compreende que o sistema econômico atual é pautado pelo sistema de redes, uma vez que a principal forma de movimentação financeira é a compra e venda de dados que alimentam o sistema plataformizado.

Ressalta-se, então, que a infraestrutura de redes não é um mero efeito do sistema econômico atual, mas exerce um papel de perpetuação da racionalidade neoliberal.

A partir dessa ótica, compreende-se que há uma complementação entre a infraestrutura de redes e a razão do neoliberalismo. Cesarino (2020) traça um paralelo entre esses aspectos, de modo a apontar sete fenômenos distintos que são ângulos diferentes de uma mesma ordem neoliberal e que possuem caráter mais estrutural do que apenas político.

Cesarino (2020) apresenta o fenômeno de colapso de contextos para explicar a dissolução das esferas público e privado, em que parte de Boyd (2011) se utiliza desse termo para caracterizar as formas de construção e de gestão das subjetividades individuais diante dos “públicos em rede” das mídias sociais (BOYD, apud CESARINO, 2020). Como já explorado por Foucault (2008), o avanço neoliberal por si só resulta na confusão entre o arranjo moderno das esferas público e privado, e as redes aprofundam este processo, uma vez que não há reserva do que é o espaço privado, cada vez mais invadido pela infraestrutura de rede.

Outro fator é a performatividade (CESARINO, 2020), nota-se que o debate político na internet se dá em uma linguagem cada vez mais performática, estruturada por um grande apelo estético e afetivo, visando uma grande replicação do conteúdo.

---

<sup>14</sup> Dardot e Laval compreendem o neoliberalismo enquanto uma forma de racionalidade, que domina todos os aspectos das relações sociais, assim como do sujeito. Tanto as relações sociais quanto o indivíduo são tomados pela lógica de concorrência e pelo modelo empresarial.

<sup>15</sup> A sociedade informatizada descreve a organização social pautada por meios digitais

Essa linguagem também é uma característica da difusão de ideais neoliberais, em que são utilizadas figuras apelativas para reforçar discursos meritocráticos e de concorrência. Por exemplo, discursos de autoajuda ou *coaching* com forte apelo emocional são utilizados para reforçar uma lógica de que é possível atingir qualquer objetivo de acordo com o esforço pessoal.

Esses recursos são alimentados pela arquitetura das redes pautadas por algoritmos, pois conteúdos apelativos tendem a obter um grande número de interações (engajamento), o que é recompensado pela rede, que entrega o conteúdo a mais pessoas. Com a centralidade da métrica por algoritmos, a subjetivação do indivíduo, assim como a relevância política, são cada vez mais pautadas de acordo com a performance *online*.

A verdade como *a posteriori* (CESARINO, 2020) é o fenômeno que representa a verdade como um resultado de processos, não como uma informação imediata. Aqui, novamente se destaca a abrangência do mercado, pois este não é apenas um mecanismo eficiente de alocação de recursos como proposto pelo liberalismo, mas também é um processador de informação (MIROWSKI, 2019, apud CESARINO 2020) - de onde deriva a verdade.

O sujeito influenciável (CESARINO, 2020) pondera sobre a existência de sujeitos que apresentam pouca resistência cognitiva às mediações operadas pelos aparatos algorítmicos e mercadológicos - como no exemplo apresentado mais acima, em que sujeito com inclinações a determinados assuntos é mais suscetível à conteúdos apelativos direcionados de acordo com estas inclinações, sejam os verdadeiros ou falsos. Os indivíduos são influenciáveis também a partir da alienação técnica, em que os usuários utilizam as redes, sem saber sobre seu funcionamento, ficando mais suscetíveis aos discursos direcionados. Todo este processo torna os indivíduos mais suscetíveis a discursos inflamados, que são adotados por políticos como forma de atingir seu público.

O fenômeno das mediações (i)mediatas (CESARINO, 2020) pontua uma faceta central do neoliberalismo, em que o desmonte do Estado Social corresponde à fragilização das instituições tradicionais, como o sistema de peritos e a mídia tradicional. Aqui, retoma-se a ideia de crise no sistema de peritos, em que qualquer estrutura institucional-burocrática parece dispensável. Tal fenômeno é inegavelmente aprofundado pela estrutura de redes, que retira qualquer forma de mediação. Há um empoderamento do usuário, que quer fazer valer sua opinião e vontade de forma direta, de forma a enfraquecer a ideia de democracia representativa.

O penúltimo fenômeno apontado por Cesarino (2020) é da invisibilização de assimetrias estruturais, aqui há um esforço para retirar a responsabilidade de quem são os verdadeiros responsáveis. Por exemplo, as plataformas digitais se colocam como empresas de tecnologia, não como empresas de comunicação, pois isso acarretaria em uma regulação específica a ser seguida (ZUBOFF, 2018, apud CESARINO, 2020). Ou ainda, governos que colocam a responsabilidade sobre os altos índices de desemprego na presença de imigrantes no território, ao invés de reconhecer a importância de políticas públicas para promoção de emprego.

Por fim, destaca-se o fenômeno do conteúdo gerado pelo usuário e pirâmide (CESARINO, 2020), em que os usuários replicam a linguagem e os conteúdos gerados pela figura principal - seja, por exemplo, um *influencer*<sup>16</sup> digital, ou um candidato a cargo político, pois sente parte da comunidade digital em que o conteúdo é gerado. No sistema neoliberal, isso se estende à esfera econômica, na medida em que o trabalhador se entende enquanto empreendedor e retroalimenta o ideal do enriquecimento rápido.

Tanto as redes sociais, quanto o neoliberalismo na forma da racionalidade neoliberal, são regidos a partir da ilusão de liberdade, da espontaneidade e da meritocracia, que, como demonstrado, são facilmente corruptíveis a partir da lógica neoliberal e da infraestrutura plataformizada. Assim como as relações de mercado, as métricas dos algoritmos não são espontâneas, sofrem com a influência externa de inúmeros fatores, que contam com esforço constante para sua ocultação.

A leitura de Zuboff (2015) traz o entendimento de que o sistema econômico atual é pautado pelo sistema de redes, uma vez que a principal forma de movimentação financeira é a compra e venda de dados que alimentam o sistema plataformizado. Ressalta-se, então, que a infraestrutura de redes não é um mero efeito do sistema econômico atual, mas exerce um papel de perpetuação da racionalidade neoliberal.

Os fenômenos descritos demonstram como as paixões influenciadas e inflamadas por algoritmos no meio digital, “agências não-humanas”, que detectam os afetos e geram engajamento, se relacionam exatamente com a lógica de funcionamento das redes sociais, que garantem o seu sucesso e a presença massiva na sociedade. A partir da distorção no debate público e na sociabilidade, há também uma distorção na organização política, como será demonstrado adiante.

---

<sup>16</sup> Criadores de conteúdo digital com grande influência na rede, devido aos altos números de engajamento.

## 2.2 Estratégias de distorção da realidade como forma de manipulação do pensamento político

A deslegitimação do sistema descrita no subitem anterior é adotada por grupos políticos que têm interesse na distorção do debate público e se utilizam de conteúdos com alto apelo emocional, e conseqüentemente, com alto potencial de engajamento, para reforçar suas principais pautas. Assim, a distorção do debate público é uma estratégia de comunicação, e não um fenômeno orgânico das redes plataformizadas.

Estratégias publicitárias e de discurso que visam a distorção da realidade para atingir fins políticos são historicamente utilizadas, no entanto, conforme demonstrado, a plataformização traz ferramentas que aumentam o potencial destrutivo. Durante os processos eleitorais, os meios digitais vêm sendo mecanismos essenciais de propaganda, e a história recente demonstra que os que melhor sabem utilizá-los têm maiores chances de sucesso. Assim, não se pode menosprezar a influência da arquitetura atual das redes nos processos eleitorais, momentos em que a distorção do debate público pode ser observada em seu ápice.

Utilizando por exemplo o escândalo envolvendo as eleições estadunidenses de 2016 - em que Donald Trump foi eleito presidente -, após sua vitória, foi exposto que a campanha contou com o trabalho ativo de profissionais da empresa *Cambridge Analytica*<sup>17</sup>. A estratégia consistiu em encaixar os usuários em determinados perfis e direcionar conteúdos pagos correspondentes aos seus interesses e estilo de vida, nos moldes do funcionamento dos algoritmos na rede, refinando ainda mais esse processo - e se repetiu em diversos processos ao redor do mundo na última década.

Paralelamente às eleições nos EUA, que consolidaram o fenômeno de ascensão da nova direita (principalmente no Ocidente), ao redor do mundo outros candidatos se elegeram com métodos semelhantes, na Índia com Narendra Modi, do partido “Bharatiya Janata”, na Húngria com Viktor Orbán do partido “Fidesz”, assim como a ascensão do Movimento 5 Estrelas<sup>18</sup> na Itália e o “Brexit” na Inglaterra, que contou com a atuação da mesma *Cambridge Analytica* e inclusive foi descrito pela empresa como um ensaio para a eleição de Trump<sup>19</sup>. No Brasil, o exemplo máximo das distorções através do sistema de redes se deu nas eleições de 2018, com o então candidato à presidência Jair Bolsonaro.

---

<sup>17</sup> Empresa inglesa especializada em mineração de dados para estratégia eleitoral, envolvida nas eleições do Brexit no Reino Unido e de Donald Trump nos Estados Unidos.

<sup>18</sup> Movimento populista italiano que visava uma relação mais direta entre eleitores e parlamentares.

<sup>19</sup> Fala extraída do documentário Privacidade Hackeada, 2019. Disponível na plataforma de *streaming* Netflix.

Da Empoli (2019) descreve o uso dos algoritmos como determinantes nos rumos da política e a ascensão do neoliberalismo da forma que conhecemos hoje, com destaque para a atuação de Steve Bannon<sup>20</sup>. A partir da visão de que a política deriva diretamente da cultura, Bannon e seus seguidores têm a intenção de acabar com o que chamam de “hegemonia cultural”, e assim, na sua visão, libertar os eleitores do espectro cultural limitante. Assim, utilizam-se dos meios de comunicação para atingir temas que são essenciais a eles e a manutenção do neoliberalismo econômico, tais como imigração, livre-comércio e o debate sobre minorias e direitos civis. Aqui nota-se a transferência de responsabilidade descrita no fenômeno da Invisibilização de Assimetrias Estruturais (CESARINO, 2020).

Os meios de Bannon se baseiam na inserção cultural na mídia, com destaque para redes - onde seu método se consolidou. Para isso, o estrategista político aposta em *trolls*<sup>21</sup> e *bots* para dominar o espaço digital e tem na estrutura fornecida pelos algoritmos sua principal aliança, que garante a capilaridade na difusão dos seus ideais, bem como que os usuários fiquem presos em bolhas que replicam esses conteúdos.

O método de utilização das redes como principal meio de divulgação de conteúdo dentro de grupos da extrema-direita pode ser observado em outros movimentos, como é o caso do já citado Movimento 5 Estrelas na Itália, criado em 2009, explorado por Da Empoli (2019). Este movimento, por surgir e ser organizado primordialmente através da internet, é especialmente interessante para o presente trabalho, uma vez que demonstra na prática os efeitos da *Web 2.0* na política.

A proposta inicial do Movimento 5 Estrelas era a de ser um partido digital no sentido literal, baseado nas escolhas diretas dos eleitores que as expressariam através da *web*. Surgem, então, as estratégias de comunicação digital que permitiram a ascensão do populismo digital<sup>22</sup> em sua forma mais pura.

Os fundadores do Movimento 5 Estrelas, Beppe Grillo e Gianroberto Casaleggio, apostaram no papel fundamental que a internet tomaria no debate público, antes mesmo desse protagonismo ser notado na prática. Criaram então um *website* que buscava fornecer respostas aos eleitores de forma mais direta do que os partidos tradicionais.

---

<sup>20</sup> Steve Bannon é um estrategista político estadunidense que ganhou notoriedade mundial na campanha de Trump para as eleições de 2016, apontado como um dos protagonistas para sua vitória.

<sup>21</sup> O termo *troll* é usado para descrever pessoas na internet que têm um comportamento reiterado de publicar conteúdos inflamatórios, promover discussões e proferir ofensas, sem intenções propositivas, visando apenas provocar outros usuários.

<sup>22</sup> O populismo digital se utiliza dos elementos básicos populistas como a ascensão de um líder carismático e os apelos emocionais, porém conta com os algoritmos para sua promoção (Cesarino, 2019).

Além da celeridade no processo, é importante destacar outras características do Movimento: Beppe Grillo, enquanto comediante, usava o escárnio para desdenhar da política tradicional e promover reações provocativas nos eleitores, enquanto Casaleggio sabia como utilizar a infraestrutura da *Web 2.0* (plataformizada) para amplificar essas reações. A política italiana foi palco para o processo de despolitização e desconfiança das instituições que tomaria o mundo anos à frente.

É verdade que figuras controversas que desconfiam da política tradicional não são novidade, no Brasil é possível traçar um paralelo à eleição do também comediante Tiririca em um período próximo (2011), no entanto é na Itália que essas manifestações passam a ser completamente integradas ao sistema, ganhando o protagonismo na política antes do que em outros países.

Poucos anos antes da fundação Movimento 5 Estrelas, em 2005 Grillo e Casaleggio criaram o blog “beppegrillo.it” que desde o início foi um sucesso. No período, a vida digital ainda não era intrínseca à sociedade, mesmo que já muito presente, havia uma separação entre o “mundo digital” e o “mundo real”. No entanto, os idealizadores do Movimento conseguiram garantir que o conteúdo produzido online obtivesse destaque no debate público italiano, gerando engajamento a partir de conteúdos populares baseados diretamente nas respostas dos usuários - com um tempo de resposta altíssimo, quando os algoritmos ainda não eram tão refinados.

Temas como corrupção, falta de acesso ao capital e precarização do trabalho eram continuamente explorados, de forma a denunciar os políticos tradicionais e rejeitá-los, dando soluções simplistas para os problemas apontados. Dessa forma, Beppe Grillo consolidou sua posição de popularidade na política, com uma legião de apoiadores que se manifestavam sem a ligação direta a um partido político.

A figura de partidos tradicionais rechaçada dentro de movimentos que incitam a despolitização<sup>23</sup> - possível fazer a associação com o Movimento Brasil Livre, que surgiu no Brasil no ano de 2013 com a proposta de ser divergente aos partidos tradicionais e hoje seus líderes estão inseridos em diferentes partidos e presentes na política institucional – reforça a desconfiança nos partidos tradicionais, o que não é, senão, mais uma manifestação da crise do sistema de peritos, que faz com que os partidos tradicionais sejam desvalorizados, em detrimento de movimentos supostamente apartidários.

---

<sup>23</sup> A despolitização é mais um fenômeno consequente da deslegitimação constantes das instituições tradicionais, em que a política é rejeitada.

Isso gera um processo de rejeição da política que, na prática, abre espaço para grupos que atuam politicamente utilizando a rejeição à política como *modus operandi* e se descrevem como uma saída para a política tradicional.

Tal fato é reforçado, ao se perceber que após a aproximação com partidos tradicionais e maior inserção na política, Grillo e Casaleggio decidem iniciar o Movimento 5 Estrelas como uma forma de inserção formal na política, lançando mão de uma organização teoricamente aberta que estimulava a participação das bases, mas que, no entanto, era controlada pela cúpula.

O filho de Casaleggio, Davide, também especialista em marketing digital, descreve a organização como um formigueiro, em que os eleitores seguem regras, mas reagem de acordo com seu próprio contexto, além disso, estão sempre sendo observados e a partir do seu comportamento são colhidas informações.

Sabendo utilizar-se desse mecanismo, a partir da testagem de conteúdos com o público, temas e possíveis líderes são promovidos, conforme o engajamento gerado (DA EMPOLI, 2019, p. 34). É notável a expressão do que foi descrito mais acima, a ilusão causada pelas redes e pelo neoliberalismo, em que há uma pretensão de liberdade, que não se efetiva na realidade.

É com essa estratégia que o Movimento 5 Estrelas, nas eleições de 2013, se torna o mais votado da Itália. No parlamento, a imagem passada é de representantes que são meros porta-voz do Movimento, sem que façam negociações políticas próprias, apenas expressem a vontade de seus eleitores.

Com a consolidação, Beppe Grillo mantém o tom de escárnio, desmoralizando o Parlamento e os demais representantes, e posteriormente, foca no ataque à mídia como centro de suas publicações, como uma defesa aos supostos ataques sofridos (DA EMPOLI, 2019).

Neste sentido, é essencial retomar o fenômeno das mediações (i)mediatas (CESARINO, 2020), uma vez que os próprios líderes e parlamentares apresentaram a seus eleitores uma alternativa que visa minimizar a importância das instituições.

Ao se esconder da política institucional por não se enquadrar formalmente como partido, o Movimento 5 Estrelas, foge das obrigações e transparência partidárias. O blog em que se organiza pertence a uma associação e é administrado por uma empresa privada, assim esconde seus códigos e funcionamento, não fornecendo nenhum tipo de dado público. Além da falta de compromisso com a transparência, não há ainda nenhum compromisso ideológico, o Movimento está livre para defender qualquer posição e recorre à mais popular e,

normalmente, mais controversa, uma vez que esta gera mais engajamento, na forma exata em que atende ao populismo digital.

Os partidários do Movimento sintetizam o momento de crise da verdade atual, trazendo constantemente a desconfiança em relação à especialistas, reforçam a lógica de valorização das experiências individuais e são movidos por um grande apelo racional - rejeitando a racionalidade, tudo isso sob uma pretensa liberdade individual em que expressam suas vontades.

A lógica descrita pode ser notada em diversos líderes da extrema direita mundo afora, não estando adstrita ao cenário italiano. Em 03 de abril de 2022, o primeiro-ministro da Hungria Viktor Orbán foi reeleito para seu quinto mandato<sup>24</sup>. Um dos pilares da campanha de Orbán no ano de 2018 foi o combate à imigração, quando na Hungria este ainda era um problema minoritário.

Orbán, na esteira da crise migratória europeia, criou uma grande campanha midiática acerca do tema, incitando a população a temer a “invasão” dos imigrantes, em um momento em que os estrangeiros representavam 1,4% da população húngara (DA EMPOLI, 2019).

Ainda que distante da realidade a propaganda avança e o governo abre uma consulta popular com o tema “Alguns dizem que existe uma ligação entre a má gestão da imigração por parte de Bruxelas e a escalada do terrorismo. Você partilha dessa opinião?”, acompanhado por *outdoors* ao redor do país acusando os imigrantes de roubarem os empregos dos húngaros.

Com a efetivação da crise migratória, o número de imigrantes se multiplicou na Hungria, país que serve como corredor de passagem para a Alemanha e o restante da Europa. Na sequência, utilizando seu posto no governo, Orbán fecha as estação ferroviária de Budapeste e os imigrantes que pretendiam se dirigir a outros países, ficam presos na Hungria. Assim, se instala a crise migratória na Hungria, que ajuda a garantir mais um mandato a Viktor Orbán em 2018 (DA EMPOLI, 2019).

Aqui se observa como um candidato, reforçado pela máquina de governo, consegue manipular a realidade a partir do apelo máximo às paixões, nesse caso, direcionado ao medo e horror ao desconhecido. O sucesso de Orbán foi tanto que mesmo antes da efetivação da crise, o eleitorado já estava preparado para reagir.

No Brasil, a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, seguiu a lógica e as estratégias dos exemplos aqui demonstrados. O veículo principal de difusão de informações foi o *WhatsApp*.

---

<sup>24</sup> Orbán ocupou o cargo de primeiro-ministro entre 1998 e 2002. Foi eleito novamente em 2010, e permanece até o momento, por quatro mandatos consecutivos.

Cesarino (2019) descreveu, através do ingresso no universo do bolsonarismo no *WhatsApp* e acompanhamento dos grupos, como eram difundidos conteúdos sensacionalistas e notícias falsas, que muitas vezes ficavam fora do radar da mídia tradicional.

Os conteúdos replicados no aplicativo de mensagens eram importados de outras redes, e nesta ganhavam capilaridade e chegavam ao seu maior potencial de convencimento.

A estratégia de grupos utilizada pela equipe bolsonarista, segue a lógica das demais redes em que um algoritmo direciona o conteúdo de modo extremamente personalizado, ainda, há o adendo de que nos aplicativos de *chat* as mensagens chegam carregadas de uma pessoalidade maior - gerando uma impressão ainda maior de confiabilidade.

Ou seja, candidatos e movimentos de extrema direita utilizam-se de filtros-bolhas e da distorção da esfera pública de debates, em que os grupos são o grau máximo de isolamento por interesses - ainda que não direcionados exatamente por algoritmos, mas influenciados por estes - e criam a ilusão de que determinado assunto é dominante na realidade, quando na verdade é dominante apenas naquela bolha.

Nesse cenário, esses sujeitos políticos se aproveitam que o sujeito influenciável (CESARINO, 2020) fica ainda mais exposto e suscetível aos discursos falsos e inflamados, pois estão carregados de uma pessoalidade trazida pela proximidade na rede, para atenderem aos seus interesses pessoais, o que tem surtido efeitos desde a sedimentação da internet e de sua capilarização na vida cotidiana.

A utilização das redes, como estratégia de manipulação político-ideológica, retira qualquer forma de mediação entre o sujeito e àquele que difunde a informação, de modo que há um aprofundamento na deslegitimação da mídia tradicional, assim como do sistema de peritos como um todo.

Assim, demonstra-se que a arquitetura de redes atual, ao ser relacionada com a racionalidade neoliberal, apresenta distorções no debate público que amplificam a crise na produção de verdade. Isso é reforçado pela exemplificação aqui trazida, em que apresenta como os líderes mundiais, em especial aqueles à extrema-direita, utilizam a estrutura fornecida pela plataformização para aprofundar tais distorções, na medida em que se adequam aos seus interesses políticos.

É evidente, portanto, que a estrutura de redes favorece a ascensão de discursos extremistas e anti-democráticos, então há de se pensar quais as formas possíveis de combatê-la para preservação de um debate público que fomente a democracia.

### 3. Respostas e perspectivas democráticas diante das distorções aprofundadas pelo sistema de redes

Dada a íntima relação entre a infraestrutura de redes e as distorções no debate público, que contribuem e aprofundam processos com viés antidemocráticos, como os movimentos de extrema direita e o êxito de candidatos que constantemente deslegitimam as estruturas basilares da democracia, é preciso analisar quais são as possibilidades de resposta a serem exploradas.

Além da distorção no debate público, as redes são utilizadas também para realização de campanha irregular, uma vez que há uma dificuldade muito maior no controle sobre o conteúdo e a forma de divulgação.

Nesse sentido, vale ressaltar a responsabilidade das próprias empresas no combate a conteúdos nocivos à democracia. Como mencionado neste artigo, as *big techs* se identificam como empresas de tecnologia, não como empresas de comunicação, assim, tem margem para fugir das regulamentações necessárias para empresas do tipo.

Durante o escândalo da *Cambridge Analytica* nos EUA, muito se questionou sobre o papel do *Facebook* na facilidade para fornecimento de dados que foram usados de forma completamente arbitrária. Em depoimento ao Senado dos EUA, Mark Zuckerberg eximiu o *Facebook* da maior parte das acusações de violação de dados e garantiu que a empresa seria mais cuidadosa. No entanto, mesmo com esse escândalo, não há ainda uma regulamentação rigorosa sobre o uso dos dados por parte do *Facebook* e outras plataformas.

No Brasil, as instituições vêm fazendo alguns esforços para reduzir os danos causados. No âmbito legislação têm-se importantes avanços no que diz respeito a regulamentação na internet, como o Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) e a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018), mas que, no entanto, não se debruçam sobre o problema político em específico.

Sabe-se, como descrito no item 2, que uma das estratégias utilizadas para alimentar os grupos de WhatsApp na campanha de Bolsonaro em 2018 foram empresas contratadas para realizar disparos de mensagens, como denunciado pela jornalista Patrícia Campos Mello na reportagem “Empresários bancam campanha contra o PT pelo *WhatsApp*” publicada em 18 de outubro de 2018 (poucos dias antes do segundo turno das eleições) na Folha De São Paulo que originou uma série de reportagens sobre o tema, e mais adiante o livro “A máquina do ódio: Notas de uma repórter sobre fake news e violência digital” publicado em 2020.

A jornalista teve acesso a uma fonte que trabalhou em uma das empresas que realizava os disparos de conteúdos contra a chapa PT e PCdoB. Tal prática é ilegal por se tratar de doação de dinheiro por empresas, proibida no Brasil desde 2015, no entanto, por não haver registros de que esse dinheiro passava pela campanha do candidato Jair Bolsonaro, esses empresários alegavam divulgar esse conteúdo voluntariamente. Ainda, como revelado por um ex-funcionário da empresa *Yacows*<sup>25</sup>, além da divulgação de conteúdo, era oferecido um cadastro de dados com listas de números de celulares atreladas ao CPF, título de eleitor e perfis socioeconômicos dos usuários.

A irregularidade foi objeto de julgamento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nas Ações de Investigação Judicial Eleitoral (Aijes) 0601968-80 e 0601771-28, que propuseram a cassação da chapa Bolsonaro-Mourão por abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação. Nesta ocasião, o TSE julgou as Aijes improcedentes, no entanto fixou tese orientando que o uso de aplicativos de mensagens para promover desinformação poderá configurar uso indevido dos meios de comunicação social, a depender da gravidade e reconheceu a ilicitude do uso de disparos em massa.

A prática da divulgação de conteúdos falsos e sensacionalistas utilizados pelos apoiadores de Bolsonaro também foi objeto do “Inquérito das Fake News” instaurado pelo Supremo Tribunal Federal, por meio da Portaria 69/2019.

O inquérito tem por objetivo a análise de conteúdos divulgados já durante o mandato de Jair Bolsonaro, investigando a existência e divulgação de notícias falsas, calúnias e ameaças contra o Supremo Tribunal Federal e seus ministros, demonstrando que a estratégia de divulgação de conteúdos falsos e calúnias nas redes se perpetuou mesmo após a campanha eleitoral.

Mais recentemente, visando as eleições de 2022, o TSE firmou um acordo de cooperação com o Facebook Brasil, posteriormente aderido também pelo *Telegram* (após numerosos esforços da justiça brasileira, incluindo o bloqueio do aplicativo no país), em que se comprometeu a amplificar o alcance de informações verdadeiras, disponibilizar um recurso de divulgação de mensagens oficiais sobre o pleito, além de implementar um sistema que permita maior agilidade na identificação e combate de *fake news*.

Há ainda uma outra questão que é particularmente sensível ao TSE, os processos eleitorais no Brasil vêm sendo acusados de fraude - principalmente pelos apoiadores de Jair

---

<sup>25</sup> Empresa de marketing político que realizava disparos em massa. Em 2018, prestou serviços a diversas campanhas e foi investigada pela execução de campanha irregular.

Bolsonaro, que questionam a lisura no processo. O ex-deputado federal pelo Paraná Fernando Francischini perdeu seu mandato por questionar em uma *live* a confiabilidade das urnas eletrônicas, o que foi julgado no RO nº 060397598.

Os ataques de Bolsonaro ao TSE e aos processos eleitorais, assim como ao STF, fazem parte da estratégia de deslegitimar instituições tradicionais. Barboza (2022) explica que um dos pilares essenciais para a estabilidade democrática é a legitimidade das eleições. Logo, os líderes populistas utilizam a desconfiança nessas instituições como estratégia política para fazer avançar medidas autoritárias, por isso Bolsonaro força um conflito constante com o Poder Judiciário.

Como demonstrado por Barboza (2022), os momentos de instabilidade constitucional trazem em si “um risco de aparelhamento e enfraquecimento do sistema de freios e contrapesos” e o Judiciário passa a ser um dos principais alvos. Políticos de extrema-direita passam a questionar o poder das Cortes e imputá-las de parcialidade, de modo que qualquer atitude em resposta será utilizada como combustível para mais ataques. A intenção por trás desses ataques é a de deslegitimar o sistema posto e intensificar o processo de degradação da democracia.

Ou seja, nota-se que vêm sendo tomadas medidas visando combater a influência desordenada das redes sobre a formação do pensamento político e, tendo sido o Poder Judiciário precursor dessas medidas, mas é ainda necessário questionar se respostas normativas são adequadas e suficientes para garantir a continuidade democrática dentro das transformações nas esferas de diálogo.

Fica demonstrado, portanto, que há uma tentativa orientada de regulamentação legal e judicial, mas que muitas vezes são meros paliativos e não trazem uma solução real dos problemas, pois ainda não foi devidamente enfrentada a questão referente à responsabilidade das plataformas, e não somente dos atores políticos/usuários. Ora as *big techs* se apresentam como empresas de comunicação e não de tecnologia para não se submeterem a regulamentações, assim há um claro descompromisso com o debate público e com a transparência para com os usuários.

Portanto, também não é possível enfrentar o problema sem que seja questionada a lógica de oligopólio que orienta a *Web* atual, o que não tem sido feito até o momento.

A deturpação do debate público não se dá apenas quando um grande líder mundial faz, por exemplo, um *tweet* perigoso, como foi o caso de Donald Trump incitando a invasão do Capitólio após não aceitar o resultado das eleições de 2020, ou, Jair Bolsonaro reiteradas

vezes duvidando da eficácia da vacinação contra *Covid-19* em meio a pandemia em suas *lives* no *Youtube*.

Como demonstrado ao longo do texto, é preciso voltar-se às estruturas sistêmicas que perpetuam as distorções no debate público. A arquitetura de redes e a sociedade informatizada operam segundo a racionalidade neoliberal, portanto é impossível pensar em perspectivas de manutenção de um debate que preserve o funcionamento da democracia sem que esse aspecto seja explorado.

Por mais que haja importantes tentativas que partem do direito para combater as distorções aqui descritas, tanto no âmbito nacional, quanto internacional, as alternativas são limitadas e, na maior parte das vezes, agem de forma reativa a discursos que já atingiram um altíssimo potencial destrutivo.

Assim, é necessário que haja ampla conscientização de como o sistema de redes está organizado, com transparência das grandes empresas, para que, a partir da compreensão dos efeitos reais, sejam formulados mecanismos legais e judiciais adequados à preservação democrática.

### Considerações Finais

Neste artigo foi analisada a estrutura de redes e sua relação com o debate público atual, avaliando-se a ascensão de discursos antidemocráticos. A partir da exposição, é possível concluir que a arquitetura de redes no formato plataformizado contribui para a distorção do debate público. Isso porque a plataformização, acompanhada pela influência algorítmica, é favorável para a formação de “filtros bolhas”.

Essa lógica acentua o que é chamado de “era da pós-verdade”, pois cria condições favoráveis para que os usuários tenham uma experiência limitada no debate público dentro das redes, o que o torna mais suscetível a engajar conteúdos falsos e sensacionalistas, com grande apelo emocional.

Ainda, demonstrou-se que a lógica de redes replica e incorpora a racionalidade neoliberal, os fenômenos vistos nas redes são os mesmos fenômenos presentes no neoliberalismo, que contribuem para a ascensão de governos e grupos de extrema-direita.

Além disso, ficou evidenciado que os políticos utilizam a estrutura plataformizada a seu favor, e têm nas distorções do debate público uma estratégia de comunicação política, já que a *Web 2.0* favorece aqueles que proferem discursos inflamados, pois recompensa com um grande engajamento os conteúdos com forte apelo emocional.

Foram citadas ainda medidas judiciais que estão sendo adotadas – com enfoque no Brasil –, para controle do ambiente das redes e para a manutenção democrática, que notadamente são insuficientes.

Não há, no entanto, uma conclusão concreta sobre quais as formas possíveis para barrar o avanço de tais distorções no debate público. A responsabilidade das instituições tradicionais - como mídia tradicional, Estado e justiça - não pode ser menosprezada, pois devem combater qualquer forma de discurso de caráter antidemocrático. Porém, muitas vezes as sanções normativas são meros paliativos, já que não enfrentam a estrutura de distorção do debate público.

Tal fato denota que, para além da responsabilização dos agentes, é essencial responsabilizar as grandes empresas de tecnologia e comunicação (*big techs*), uma vez que é a partir delas que está estruturado o sistema de redes atual e, em grande medida, não são transparentes quanto a sua influência na realidade de fato.

Desse modo, há de se questionar a estrutura que permite que essas grandes empresas tenham um poder tão grande e aprofundado sobre a organização do debate público e, conseqüentemente, sobre a própria democracia, que fica fragilizada por um ambiente que notadamente favorece discursos neoliberais e de extrema direita.

## Referências Bibliográficas

ANDREJEVIC, Mark. Surveillance in the digital enclosure. *The Communication Review*, Taylor & Francis, v. 10, n. 4, p. 295-317, dez. 2007. DOI. 10.1080/10714420701715365. Acesso em 06 de fevereiro de 2022.

BARBERÁ, Pablo, *et al.* Tweeting from left to right: Is online political communication more than an echo chamber?. *Psychological science*, v. 26, n. 10, p. 1531-1542, ago. 2015. DOI. 10.1177/0956797615594620

BARBOZA, Estefânia. STF e TSE em tempos de erosão democrática. *Revista Consultor Jurídico*, mar. 2022. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2022-mar-12/observatorio-constitucional-supremo-tse-tempos-erosao-democratica>>. Acesso em: 26 abr. 2022.

BEER, David. *The data gaze: Capitalism, power and perception*. York: Sage, 2018.

BUCHER, Taina. *If... then: Algorithmic power and politics*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

CAMPOS MELLO, Patrícia. *A Máquina do Ódio: Notas de uma repórter sobre fake news e violência digital*. 1ª Edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2020.

CAMPOS MELLO, Patrícia. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 de outubro de 2018. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>>

CANAVILHAS, João. Do gatekeeping ao gatewatcher: o papel das redes sociais no ecossistema mediático. In: *II Congresso Internacional de Comunicación 3.0.*, 2010, Salamanca. p. 389 – 398

CESARINO, Letícia, 2020; MIROWSKI, Philip. Hell is truth seen too late. *Boundary 2*, [s.l.], v. 46, n. 1, p. 1-53, 2019.

CESARINO, Letícia. 2020; LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *Vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997 [1979].

CESARINO, Letícia. 2020; ZUBOFF, Shoshana. *The age of surveillance capitalism: the fight for the human future at the new frontier of power*. Nova Iorque: Public Affairs Books, 2018.

CESARINO, Letícia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. *Internet & Sociedade*, v. 1, n. 1, p. 91-120, 2019. Disponível em: <https://revista.internetlab.org.br/serifcomo-vencer-uma-eleicao-sem-sair-de-casa-serif-a-ascensao-do-populismo-digital-no-brasil/>. Acesso em 07 de maio de 2021.

CESARINO, Letícia. On digital populism in Brazil. *PoLAR: Political and Legal Anthropology Review*, abr. 2019. Disponível em: <https://polarjournal.org/2019/04/15/on-jair-bolsonaros-digital-populism/>. Acesso em 15 de janeiro de 2022

CESARINO, Letícia. Pós-Verdade e a Crise do Sistema de Peritos: uma explicação cibernética. *Ilha – Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 23, n.1, p. 73-96, out. 2020. DOI. 10.5007/2175-8034.2021.e75630

CINELLI, Matteo et al. The echo chamber effect on social media. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 118, n. 9, 2021. DOI. 10.1073/pnas.2023301118. Acesso em 03 de março de 2022.

DA EMPOLI, Giuliano. Os Engenheiros do Caos: Como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. Tradução de Arnaldo Bloch. São Paulo, Vestígio, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal. Boitempo editorial, 2016.

ESFERA PÚBLICA. *In*: GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. Conceitos essenciais da Sociologia. Editora Unesp, 2016.

GRANVILLE, K. Facebook and Cambridge Analytica: What You Need to Know as Fallout Widens. *Nova The New York Times*, 19 mar. 2018.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da Esfera Pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1962.

HELMOND, Anne, 2022; Bucher, Taina. A technicity of attention: How software “makes sense.” *Culture Machine*, 13, 1-13, 2012.

HELMOND, Anne, 2022; KIRKPATRICK, David. The Facebook effect: The real inside story of Mark Zuckerberg and the world’s fastest growing company. New York, NY: Random House. p. 99-100, 2010.

HELMOND, Anne, 2022; O'REILLY, Tim. What is Web 2.0: Design patterns and business models for the next generation of software. *Communications & strategies*, n. 1, p. 17, 2007.

HELMOND, ANNE. A Plataformização da Web. *Métodos Digitais: teoria-prática-crítica*, Ed. Janna Joceli Omena. Tradução Tiago Salgado. Lisbon: ICNOVA, pp. 49–72, dez. 2019. Disponível em [https://www.icnova.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/38/2020/02/ICNOVA\\_MetodosDigitais-compactado.pdf#page=49](https://www.icnova.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/38/2020/02/ICNOVA_MetodosDigitais-compactado.pdf#page=49). Acesso em 03 de abril de 2022.

O'NEIL, Cathy. Algoritmos de destruição em massa. Santo André: Editora Rua do Sabão, 2021.

PELLIZZARI, Bruno Henrique Miniuchi; BARRETO JUNIOR, Irineu Francisco. Bolhas Sociais e seus efeitos na Sociedade da Informação: ditadura do algoritmo e entropia na Internet. *Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias*, Belém, v. 5, n. 2, p. 57-73,

dez. 2019. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/60af/4e334a302cd0ce8150d7f0f94b86a44fdf86.pdf>. Acesso em: 05 de abril de 2022.

PRIVACIDADE Hackeada. Direção: Karim Amer, Jehane Noujaim. Estados Unidos: Netflix, 2019. Formato digital (113 minutos).

RECUERO, Raquel da Cunha; ZAGO, Gabriela da Silva; SOARES, Felipe Bonow. Mídia social e filtros-bolha nas conversações políticas no Twitter. Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Encontro Anual (COMPÓS).(26.: 2017 jun. 06-09: São Paulo, SP).[Anais]. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2017. 2017 Acesso em: 10 de abril de 2022.

SAAD, Elisabeth. “Sociedade digitalizada: “plataformização” das relações e uma privacidade “zerada”. São Paulo: Jornal da USP, 2019. Disponível em <https://jornal.usp.br/?p=237357>. Acesso em 22 de março de 2020

THE NEW YORK TIMES. Mark Zuckerberg Testimony: Senators Question Facebook’s Commitment to Privacy. Nova Iorque: The New York Times, 10 abr. 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/04/10/us/politics/mark-zuckerberg-testimony.html>

THE NEW YORK TIMES. Mark Zuckerberg Testimony: Senators Question Facebook’s Commitment to Privacy. The New York Times, 10 abr. 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/04/10/us/politics/mark-zuckerberg-testimony.html>

TUFEKCI, Zeynep. Algorithmic Harms beyond Facebook and Google: Emergent Challenges of Computational Agency. Colo. Tech.L.J., v.13, 2015.

TUFEKCI, ZEYNEP. Algorithmic Harms beyond Facebook and Google: Emergent Challenges of Computational Agency. Colo. Tech.L.J., v.13, 2015.

ZUBOFF, Shoshana. Big other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization. Journal of information technology, v. 30, n. 1, p. 75-89, 2015.